

---

## CONTRADIÇÕES SOCIAIS E URBANAS VISTAS PELA FRESTA DA CASA: MORADIA POPULAR, HÁBITOS TRADICIONAIS VERSUS GESTÃO URBANA NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ (1940-1970)

---

SOCIAL AND URBAN CONTRADICTIONS VIEWED BY THE HOUSE FRONT: POPULAR HOUSING, TRADITIONAL HABITS VERSUS URBAN MANAGEMENT IN THE FEDERAL TERRITORY OF AMAPÁ (1940-1970)

**Laercio Gomes Rodrigues<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-4789-3702>

<http://lattes.cnpq.br/0256234943451699>

**Tomás de Albuquerque Lapa<sup>2</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-1763-1004>

<http://lattes.cnpq.br/9862482419194023>

Recebido em: 1 de outubro de 2019

Aprovado em: 17 de março de 2020

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar as contradições sociais e urbanas na cidade de Macapá, advindas da criação do Território Federal do Amapá (TFA), no período de 1940 a 1970. A política governamental procurou implementar uma gestão pública/urbana avessa aos hábitos dos moradores locais, formado sobretudo por negros e caboclos. Famílias negras que residiam na “Macapá Antiga” viram-se excluídas da cidade que se modernizava. As “casas de madeira”, elaboradas por caboclos, foram tomadas como símbolos de uma natureza primitiva e arcaica, que denotavam desordem e impureza; elas foram vistas como expressão espacial dos hábitos rudimentares que conflitavam aos moldes desejáveis que as elites urbanas macapaenses procuravam espelhar, caracterizadas como modernas, civilizadas. “Casas em alvenaria”, tijolos e cimentos, representavam a concretude dos ideais das elites governamentais a respeito de um tempo moderno, em oposição ao tempo pretérito. O governo local tratou, entre outros, de elaborar leis, executar políticas urbanas de remanejamento habitacionais e campanhas locais com vistas a regular a vida, os hábitos e a moradia de famílias negras e de caboclos.

**Palavras-chave:** moradia popular; famílias caboclas; famílias negras; Macapá; Regulação.

**ABSTRACT:** This work aims to analyze the social and urban contradictions in the

---

<sup>1</sup> Sociólogo da Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social (SEIMS), do Governo do Estado Amapá. É doutorando em Ciências Sociais, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: laerciogorodrigues@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU). Atua como pesquisador na conservação urbana integrada, patrimônio cultural, desenvolvimento e paisagem urbana. E-mail: thlapa@hotmail.com.

city of Macapá, coming from the creation of the Federal Territory of Amapá (TFA), from 1940 to 1970. Government policy sought to implement a public / urban management averse to the habits of the residents places, mainly formed by blacks and caboclos. Black families residing in the "Old Macapá" were excluded from the modernized city. The "wooden houses", elaborated by caboclos, were taken as symbols of a primitive and archaic nature, which denoted disorder and impurity; they were seen as the spatial expression of rudimentary habits that conflicted with the desirable patterns that Macapá's urban elites sought to mirror, characterized as modern, civilized. "Masonry houses," bricks and cements, represented the concreteness of the ideals of the governmental elites regarding a modern time, as opposed to the past tense. The local government has worked to elaborate laws, implement urban housing relocation policies and local campaigns to regulate the life, habits and housing of black families and caboclos.

**Keywords:** popular dwelling; caboclo families; black families; Macapá; Regulation.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte integrante da dissertação de mestrado, defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, que se debruçou sobre o tema *estigma e habitação popular*. Neste artigo, objetiva-se analisar as contradições de ordem social e urbana na cidade de Macapá, pós-criação do TFA (atual estado do Amapá), de 1940 a 1970. Este estudo busca avançar numa leitura interpretativa da cidade e de seus diversos atores que produzem e se reproduzem no urbano. Pelas lentes da história da cidade, procura-se dirigir o olhar para as contradições impetradas pela gestão pública urbana do Governo do TFA, que se esforçou em limar, ou em sua impossibilidade, ao menos regular a cultura, a moradia e os hábitos dos moradores da cidade de Macapá, que passara tardiamente pelo processo de modernização, quando comparado aos principais centros urbanos do país.

A metodologia deste trabalho se ancora na pesquisa bibliográfica, tendo sido levantados trabalhos relacionados ao tema; pesquisa documental, onde foram analisadas fontes primárias constituídas por documentos consultados no acervo de Obras Raras, da Biblioteca do Estado do Amapá – Elcy Lacerda. Além disso, foram consultados documentos no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Amapá (IPHAN/AP), como revistas do Governo do TFA, Jornais e Planos de Desenvolvimentos Urbanos das décadas de 1950 a 1970. O método histórico é o principal e o mais importante fio condutor desta investigação. A pesquisa apontou que o Governo do TFA implantou uma política urbana que desconsiderou a principal composição social macapaense, a de negros e caboclos. À época, “Casa de madeira” era a principal tipologia habitacional dos autóctones e, para as elites urbanas, passou a ser sinônimo de primitivo, promíscuo e atrasado; por outro lado, “casa em alvenaria”, que abrigava as elites urbanas, era vista como expressão de civilidade, regulação e modernidade, conforme veremos.

## 2 O TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ E O TEMPO NOVO VERSUS POPULAÇÃO LOCAL E O TEMPO PRETÉRITO: AS CONTRADIÇÕES URBANAS E SOCIAIS EM MACAPÁ

A criação do TFA, criado em 1943<sup>3</sup>, implicou no desmembramento das terras amapaenses do Estado do Pará. Os limites territoriais do TFA ficaram assim definidos: a Noroeste e a Norte com a Guiana Holandesa e Guiana Francesa; a Leste e Nordeste com o Atlântico; a Sudeste e Sul com o Canal do Norte e o braço norte do Rio Amazonas, até a foz do Rio Jari e a Sudoeste e a Oeste com o Rio Jari, percorrendo a foz desse rio até as cabeceiras na Serra do Tumucumaque (BRASIL, 1943).

O então presidente da República, Getúlio Vargas, nomeou Janary Gentil Nunes, capitão do exército, como governador do Amapá<sup>4</sup>. A capital do TFA ficou determinada como sendo o município do Amapá (localizado na mesorregião Norte). Entretanto, quando Janary Nunes se transferiu para o TFA, em 1944, ele se alojou em Macapá (localizada na mesorregião Sul) e não na capital. De acordo com Fernando Santos (2006), isso induziu mudanças significativas, de modo que o TFA parecia possuir duas capitais – uma de direito (Amapá) e a outra de fato (Macapá). Tal situação foi resolvida ainda em maio de 1944, quando Macapá passou a ser a capital também de direito.

No momento em que Janary Nunes fixou residência no Amapá, Macapá apresentava um quadro de decréscimo da população, em decorrência do esgotamento do ciclo da borracha da Amazônia<sup>5</sup>. Em 1944, por exemplo, havia uma população modesta de 1.286 habitantes; já no censo demográfico de 1940, foram registrados 1.936 residentes.

O lugarejo não dispunha de serviços básicos, como tratamento de água, esgoto e de iluminação elétrica. Além disso, parte da população local recebeu o novo governador com certa estranheza, pois a experiência com administração pública do Pará não era animadora. O governo paraense tratava com descaso as problemáticas urbanas de Macapá e a usava como uma “zona de castigo” para penalizar políticos que se envolviam em alguma situação conflituosa com o aparelho estatal, transferindo-os compulsoriamente para esta cidade (SANTOS, 2006).

O Governo Central lançou um programa de organização e de desenvolvimento a ser exe-

<sup>3</sup> Os territórios federais do Amapá (desmembrado do Pará), do Rio Branco (desmembrado do Amazonas), do Guaporé (desmembrado de Mato Grosso), de Ponta Porã (desmembrado do Paraná) e do Iguassú (desmembrado de Santa Catarina) foram criados pelo Governo Federal, por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13/09/1943, para atender à necessidade de ocupação, defesa das regiões fronteiriças e exploração econômica (BRASIL, 1943).

<sup>4</sup> No caso do Amapá, havia dois candidatos ao cargo, Janary Gentil Nunes e Emanuel de Almeida de Moraes – ambos, capitães do exército. O presidente Vargas optou por Janary e justificou a escolha, já que este apresentava experiência, pois havia atuado na região Norte. Janary nasceu em Alenquer, no Pará, em 1912. Adentrou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, aos 18 anos. A gestão governamental de Janary iniciou em janeiro de 1944 e se estendeu a fevereiro de 1956. Para maiores informações consultar Fernando Santos (2006) e Sidney Lobato (2015).

<sup>5</sup> De acordo com Adélia Oliveira (1988), a indústria da borracha provocou mudanças significativas no espaço Amazônico. A exploração gomífera deu início a um processo de descaracterização da população local. Substituiu-se a mão-de-obra indígena pela do imigrante, a maioria provida do Nordeste. Estima-se que durante os anos de 1872 a 1910 mais de 300 mil imigrantes nordestinos trabalharam nos seringais. Entre os anos de 1900 e 1910 tanto a borracha quanto o café eram as bases da economia brasileira. Em 1910, a economia da borracha representou 40% dos produtos exportados, compartilhando a mesma marca da do café. Houve um aumento da densidade demográfica, mas após o arrefecimento econômico desse produto, tal densidade desacelerou. Entre os anos de 1911 e 1914 o Brasil começou a perder espaço na economia da borracha, após a entrada do plantio racional ocorrido no Oriente. No fim da Primeira Guerra, um novo movimento se iniciou – o retorno dos imigrantes nordestinos para suas cidades natais, provocando uma diminuição populacional na Amazônia. Além disso, “essa diminuição populacional foi acompanhada de prejuízos diversos, como falência de casas aviadoras, fechamento de seringais e outros” (OLIVEIRA, 1988, p. 102).

cutado nos recém-criados territórios federais. O *slogan* de tal programa trazia expresso o desejo de inserir esses lugares numa trajetória econômica, sem mencionar a sua carga ideológica por trás do “Sanear, Educar e Povoar” (SANTOS, 2006).

De acordo com Maura Leal, no caso do Amapá, o governo local tinha a incumbência de integrar esse projeto nacional por meio “da recuperação do homem amapaense, transformando-o em um cidadão novo, dotado de ‘espírito nacional’, capaz de contribuir no desenvolvimento econômico do país” (LEAL, 2009, p. 268-269).

Para implementar tal programa e ao mesmo tempo conquistar a aderência dos amapaenses à maneira autocrática de governar, Janary Nunes adotou mecanismos ideológicos que se pautavam numa retórica de caráter apologética, emotiva e ufanista (SANTOS, 2006).

O governador local passou a enaltecer o típico homem amapaense, que mesmo se deparando “com uma realidade distante do padrão civilizatório das metrópoles brasileiras, encontra nas terras amazônicas o ‘tipo puro de brasileiro’ suscetível de ser transformado no ‘verdadeiro homem nacional’” (LEAL, 2009, p. 276).

O discurso governamental endossava elogios às terras amapaenses e às suas riquezas, mas que se encontravam adormecidas, carecendo de alguém capaz de salvá-las da inércia e pô-las na direção do desenvolvimento. O governador Janary Nunes se colocava como alguém com essas capacidades irradiadoras, alguém com força para retirar o Amapá duma situação considerada atrasada e decadente e conduzi-lo a um patamar de desenvolvimento e de modernidade, aos moldes dos grandes centros urbanos, para que assim fosse integrado ao resto do país. Era amplamente anunciado um futuro promissor e logo o passado de esquecimento terminaria (LEAL, 2009; SANTOS, 2006).

Para Sidney Lobato

O primeiro governador do Amapá Janary Gentil Nunes tentou a todo custo difundir entre os amapaenses uma narrativa histórica na qual a sua posse simbolizava o fim de um período de pessimismo, abandono, caos, atraso, doenças, analfabetismo, superstição, pobreza e invisibilidade. Iniciava agora um luminoso momento de otimismo, patriotismo, progresso em todos os aspectos socioeconômicos (LOBATO, 2013, p. 12).

A ideologia de nação getulista, aportada na ideia do “novo homem”, encontrou desafios particulares, regionais e locais. No caso amapaense, se de um lado o caboclo<sup>6</sup> da Amazônia apareceu forjado à imagem de um tipo puro ou natural de brasileiro civilizado, por outro, os hábitos e modos de vida desses autóctones foram vistos como atrasados e patológicos, sendo necessário submetê-los a um processo de educação, de moralidade e de saneamento.

Tal fato é corroborado por Maura Leal (2009, p. 280), ao afirmar que o discurso do governo local que se centrava no “combate ao desperdício do capital humano como caminho para o desenvolvimento econômico, tornou-se a principal meta da administração janarista: “Tratá-lo, educá-lo, elevá-lo, enriquecê-lo” – o que deveria ser objetivo de toda força motriz das atividades estatais.

---

<sup>6</sup> Caboclo – o termo é aqui utilizado para se reportar a traços culturais e modos de vida distintos do modo de vida branco e urbana. O típico homem amazônico apresenta as “características de uma arquitetura distinta, os meios de transporte que usa, seus instrumentos de trabalho, seu conhecimento e modo de manejar os recursos da floresta, seus hábitos alimentares, sua religiosidade, mitologia, sistema de parentesco e diversos maneirismos sociais expressam a existência de uma cultura cabocla” (LIMA, 1999, p. 13). Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, consultar Véronique Boyer (1999), Deborah Lima (1999) e Carmem Rodrigues (2006).

Na retórica governamental a respeito do típico homem amapaense, o caboclo tendia a oscilar entre duas imagens opostas e contraditórias: de um lado da balança, esse homem se conformava à imagem apregoada por Vargas a respeito do “homem novo”. O homem local oferecia suas capacidades e bravuras para sobreviver ante as adversidades de uma natureza inóspita, era um representante autêntico de brasilidade, um exemplo de cidadão brasileiro forjado internamente, sem influência europeia; do outro lado da balança, no entanto, o caboclo amapaense aparecia como o responsável pela sua má sorte, o seu modo de vida era a razão dos malogros e infortúnio, como doenças, pobreza/miséria e ignorância.

Segundo esse discurso, o Amapá foi desenhado a partir de dois momentos, um anterior e outro posterior ao governo de Janary. Uma das falas emblemáticas a esse respeito foi esboçada pelo jornalista Orlando de Moraes para quem o período anterior à gestão do território se conformava da seguinte maneira:

Quem quisesse, nessa época, traçar um retrato fiel e verdadeiro do Amapá poderia fazê-lo, com facilidade, alinhando, a grosso modo, estas palavras: – águas, selvas, campos, savanas, pauis, miséria, endemias, ignorância, abandono, descrença, desesperança. E no meio desse quadro, des-sorrido pela miséria, corroído pelas verminoses, “marginando” de olhar perdido na distância, o caboclo, sofredor e estoico (MORAES, 2012, p. 30).

No período posterior, o governador assumiu um papel profético e de redenção, exorcizando os maus hábitos e doenças que impediam o desenvolvimento do Amapá e do amapaense. Na retórica, o mérito do governo local se sustentava na capacidade de ter feito imanar das matas da Amazônia uma civilização. Vejamos:

violando a selva, eles abriram caminhos largos para a civilização e para o progresso; subindo e descendo pequenos e gigantescos cursos de água, restabeleceram antigas vias de intercomunicação que o abandono secular apagara das cartas dos mareantes; cruzando desolados campos ou transpondo desertas savanas, lançaram as bases da recuperação dos minguidos e raquíticos rebanhos que, de longe em longe, os pontilhavam e que hoje se afirmam numerosos e melhorados; drenando e canalizando charcos, expulsaram a malária; reduziram as verminoses dando assistência médica, constante e real, à caboclada [...]. E onde havia ruínas construíram escolas; onde havia desolação e angústia levantaram hospitais e postos médicos; onde havia inércia implantaram ação; onde havia descrença reavivaram a fé; onde havia desespero fizeram reflorir a esperança (MORAES, 2012, p. 31).

Janary Nunes implementou uma gestão de governo caracterizada pela dicotomia, na qual discurso e prática não se conciliavam. As ações estatais tenderam a se conformar num exercício pontual e efêmero, em pouco alterando as estruturas relacionais de poder.

Como exemplo, nos primeiros anos de sua gestão, o governador estabeleceu relações com o coronelismo local, cooptando-os. Os coronéis Arlindo Eduardo Corrêa e Júlio Benício Pontes – figuras mais emblemáticas do referido modelo no local – se tornaram partidários de Janary Nunes. No Sul do Amapá, que era dominado pelo latifundiário coronel José Júlio de Andrade e Silva, cujas glebas ultrapassavam os limites do solo amapaense, abarcando parte das terras do Pará, o governador, ainda que reprovasse os excessos desse coronel, se absteve de agir na região, permanecendo inalterado o modelo tradicional do coronelismo. Anos mais tarde, em 1947, quando o coronel José Júlio foi convidado pelo governador a ir a Macapá, a



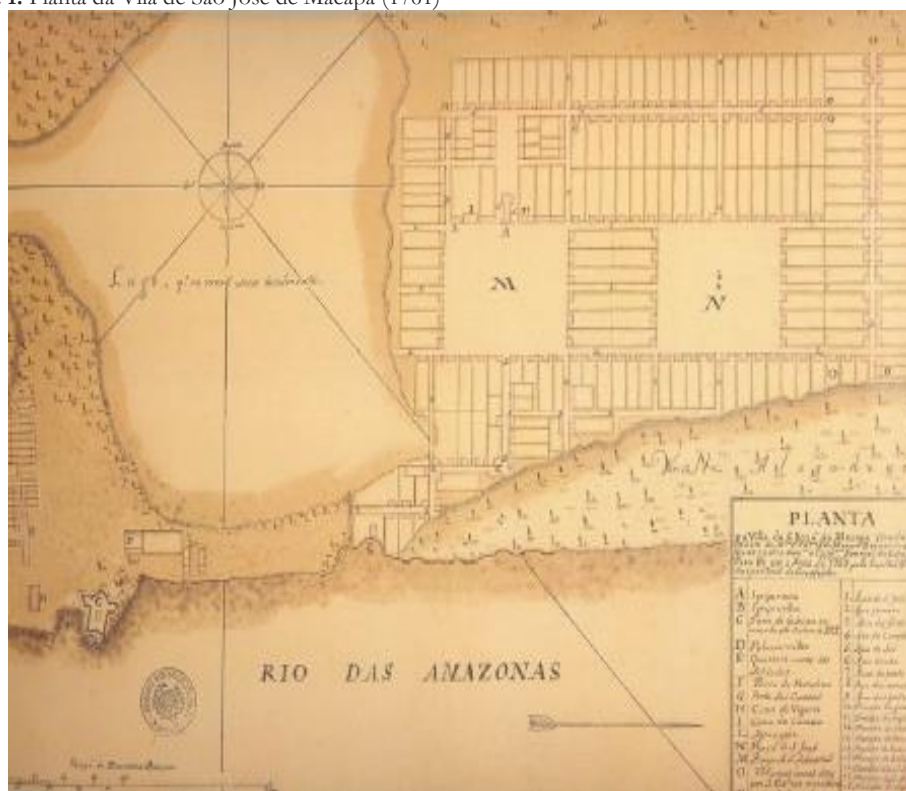
relação entre ambos foi pautada pela cordialidade e cooperação (SANTOS, 2006).

Na cidade de Macapá, o governador agiu como um verdadeiro prefeito. Planejou e construiu infraestruturas com impactos na organização e gestão da cidade, bem como construiu prédios da administração pública, além de moradias para abrigar servidores públicos do alto escalão. Mas, por outro lado, sua gestão deixou claro, desde o início, que o tempo novo apreendido pela máquina pública, não incorporava a todos.

No início da década de 1940, Macapá era um pequeno núcleo urbano que se concentrava no entorno da praça da matriz (Igreja São José), na atual Praça Veiga Cabral; seus limites ao Norte não chegavam a ultrapassar o lugar onde hoje fica a Praça Barão do Rio Branco; já no sentido Sul era possível chegar, com muita dificuldade, ao antigo Igarapé da Fortaleza (a extinta Doca de Macapá), onde atualmente é o canal de esgoto, na Avenida Mendonça Junior; seus limites a leste beiravam o rio Amazonas e estendiam-se até a atual Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd e, no sentido oeste, seguia-se até o cemitério Nossa Senhora da Conceição (OLIVEIRA, 2013).

O traçado urbano de Macapá, em estilo tabuleiro de xadrez, projetado no século XVIII, fora conservado (figura 1). O projeto original do desenho urbano se preocupou com as medidas de “dez braças de largo por trinta de fundo, inserindo-se na maior escala do quadro hierárquico das proporções urbanas utilizadas no Brasil” (ARAÚJO, 1998, p. 151).

**Figura 1:** Planta da Vila de São José de Macapá (1761)



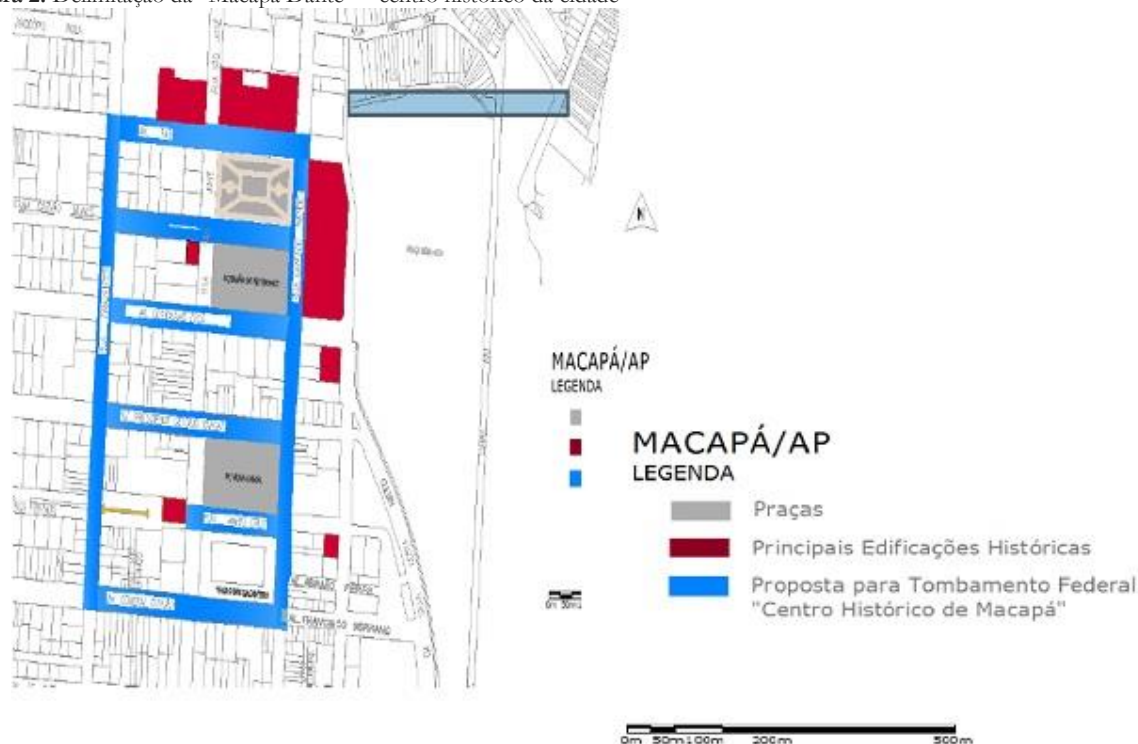
Fonte: Renata Araújo (1998, p. 165)

O projeto foi pensado pelos engenheiros Henrique Antônio Galuzi e Henrique Wikens, no ano de 1763. Eles desenharam avenidas largas e duas enormes praças (uma representada pela letra M – hoje Praça Veiga Cabral – e a outra representada pela letra N – atual Praça Barão do Rio Branco). Nessa mesma projeção, aparece o núcleo urbano e uma previsão para a sua ex-

pansão, fazendo distinção entre o núcleo central e as áreas periféricas (ARAÚJO, 1998; BRITO, 2014).

Antigos moradores desse núcleo urbano (figura 2), onde se concentrava toda a população local, o denominavam de “Macapá Dante” ou “Macapá Antiga”<sup>7</sup>. A “Macapá Dante” passou a ser epicentro das transformações promovidas pelo primeiro governo do Amapá. A partir da criação do TFA, na década de 1940, até os dias atuais, o tecido urbano e a composição social da Macapá de outrora foram alterados substancialmente.

**Figura 2:** Delimitação da “Macapá Dante” – centro histórico da cidade



Fonte: Jaqueline Brito (2014, p. 106)

Uma das primeiras ações de expropriação envolvendo a habitação popular aconteceu na “Macapá Antiga”. Na “Macapá Moderna”, anunciada pelo governo, não havia lugar no centro da cidade para moradia de famílias pobres, alterando-se gradativamente a composição social neste espaço de intervenção. O governador exigiu padronização das residências que deveriam ser construídas em alvenaria.

As moradias das famílias negras se concentravam em dois lugares: *i*) por trás da Igreja São José, no lugar popularmente conhecido como “Beco do Formigueiro” e, *ii*) no Largo de São João, atual Praça Barão do Rio Branco. A essas famílias aplicou-se a ordem do governador, elas ou se adequariam às normas de melhoria das benfeitorias ou seriam remanejadas para áreas periféricas.

Para executar tal plano sem reprovação geral da população em questão, o governador tratou de cooptar uma das lideranças dos moradores das famílias negras, Julião Ramos, que persuadiu

<sup>7</sup> Informação coletada durante a aula de campo da disciplina Etnologia da Amazônia, do Curso de Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). A atividade foi conduzida pela professora Maria do Socorro Oliveira (2006). “Macapá Dante” tem o mesmo sentido semântico que “Macapá de Antes”, na sua forma contraída, isto é, aglutinada.

os seus a acatar a determinação governamental. A liderança de Julião Ramos forjara-se por se destacar na condução da festa do Marabaixo<sup>8</sup>. O plano do governador foi realizado em abril de 1944 e as famílias negras foram desapropriadas da “Macapá Antiga” e remanejadas ou para a Favela<sup>9</sup> ou para o Laguinho<sup>10</sup>, apesar de esta última se localizar nas adjacências do núcleo urbano. Ainda assim, tais localidades estavam fora da cidade que se modernizava (SANTOS, 2006).

Conforme aponta Sidney Lobato (2015), o remanejamento dividiu o grupo familiar que passou a residir nesses lugares doados pelo governo. A transferência das famílias para outros lugares denota um processo de exclusão da cidade que se pretendia modernizar e das benesses advindas do território.

Nos dias atuais, esse fato histórico ainda é relembrando e inspirou um dos mais conhecidos versos de ladrão do marabaixo<sup>11</sup> – “*Aonde tu vais rapaz por este caminho sozinho? Eu vou fazer minha morada lá nos campos do laguinho*”. O canto dos negros faz memória a um dos processos de segregação socioespacial mais emblemáticos da história amapaense.

Em pleno *estadonovista*, caracterizado pela cidadania regulada, portanto não universalizada, a moradia foi encarada como um bem de alcance restrito, realizável somente para indivíduos e grupos que atendessem a certos padrões e exigências, seja no âmbito nacional ou local. No caso amapaense, a “Macapá Moderna” olvidou famílias pobres e suas moradias e se preparou para atender indivíduos e famílias de posição social mais elevada. Como aponta o ladrão do Marabaixo:

“As ruas de Macapá estão ficando um primor  
Tem hospitais, tem escolas  
Pros fios do trabalhado  
**Mas as casas que são feitas  
É só pra morar os doutô**”  
(RAMOS, 1954. Grifo nosso)

A “Macapá Moderna” erguera-se sobre a “Macapá Antiga”. O solo que oferecia abrigo às famílias negras mudara de função, tornando-se a base irradiadora do governo do TFA, que edificou suas estruturas administrativas. A “Nova Macapá” tentara apagar a reminiscência da vida tradicional, expulsando famílias negras do núcleo urbano. Esse processo de expropriação guarda semelhanças com o que ocorreu no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX,

<sup>8</sup> Marabaixo – é a mais tradicional manifestação popular de caráter religiosa e profana, celebrada por pessoas negras, remanescentes de quilombos no Amapá. O período da festa, que dura em torno de 60 dias, é conhecido como ciclo do marabaixo. O festejo é caracterizado pela dança e canto ao ritmo do tambor, saias longas e rodadas. Além disso, serve-se aos festeiros caldeirada e gengibirra, que é uma bebida alcoólica com gengibre, cravinho e açúcar. Para maiores informações consultar Maria do Socorro Oliveira (1999).

<sup>9</sup> Favela – atual bairro de Santa Rita, situado na zona Sul da cidade. Na época o local também não contava com infraestrutura. Não é possível afirmar se tal nomenclatura fazia alguma referência à favela no Rio de Janeiro. O que se pode afirmar, sem dúvidas, é que inicialmente este lugar em Macapá figurava como um lugar para abrigar famílias pobres.

<sup>10</sup> Laguinho – atual bairro do Laguinho, contíguo ao bairro do Centro, situava-se nas bordas da cidade e não contava com a mínima infraestrutura. O lugar recebeu esta denominação porque o terreno ficava numa área baixa e inundável. Nessa área, era possível fazer uso de águas límpidas para o uso domiciliar (LOBATO, 2015).

<sup>11</sup> Ladrão do marabaixo: são trovas populares ou músicas comumente de autoria dos próprios devotos. Sem dúvida, o “Aonde tu vais rapaz”, de autoria de Luiz Gonzaga (composição de Julião Ramos), é um dos mais conhecidos ladrões (música lançada em 1954). O ladrão tende a reproduzir fatos do cotidiano, quer seja referente às relações sociais, políticas e de trabalho, ou relacionados ao meio ambiente e ao mundo religioso (OLIVEIRA, 1999).



mesmo que os métodos tenham sido diferentes, mas os fins foram similares, ou seja, uma nova funcionalidade para a cidade que se pretendia modernizar.

O primor da “Macapá Moderna”, afincada no núcleo urbano, não se estendia a todos, menos ainda às habitações populares que espelhavam em sua tipologia (casas em madeira cobertas de palha) um modo tradicional de morar e viver do homem da Amazônia, com hábitos próprios enraizados nas culturas indígena e africana. Essas habitações, gradativamente, ficaram de fora da Nova Macapá, realizando-se marginalmente.

O lugar que abrigara famílias negras dentro do núcleo urbano passou a ter outra funcionalidade. A gestão governamental construiu prédios públicos, símbolos da presença estatal, como a Residência Oficial do Governador, Casas para Funcionários do TFA, o Palácio do Governo, escola e o Fórum.

Os hábitos e as tipologias habitacionais de boa parte dos moradores que permaneceram no núcleo urbano também causavam mal-estar aos gestores públicos amapaenses, pois associavam diretamente essas casas ao primitivismo, à promiscuidade e ao atraso, uma vez que emitiam sinais inversos ao que se queria empreender à margem esquerda do Rio Amazonas.

A presença do caboclo na cidade em nada agradava aos gestores públicos e passaram a ser responsabilizados por algumas problemáticas urbanas. É o que se verifica, por exemplo, em uma nota da prefeitura publicada no “Jornal Amapá”, na sessão “A prefeitura e a solução dos problemas urbanos”, de março de 1950. De acordo com o articulista, o hábito de criar à solta diversos animais, como cachorros e porcos; descartar inadequadamente o lixo doméstico nas vias públicas ou nos barrancos; construir, reformar ou fazer qualquer reparo na habitação sem consultar a administração pública responsável para tal autorização; a displicência de não pintar as casas, murá-las ou cercá-las e nem ao menos construir calçadas nas frentes das suas residências – todas essas práticas motivaram a prefeitura a lançar uma campanha contrária a tais hábitos. E é aí que o articulista dispara:

É muito cedo, ainda, para exigirmos cooperação de uma coletividade que apenas acaba de emergir da vida sedentária de cidade do interior, por isso mesmo ainda não bastante madura para compreender o valor da cooperação. O que desejamos então é apenas compreensão para a solução de certos problemas urbanos (JORNAL AMAPA, 25/02/1950, p. 5).

Em seguida, voltou a mencionar o risco de se ter animais circulando livremente na cidade, correndo-se o risco de mordidas, chifradas ou escouceadas que podiam vitimar tanto crianças quanto adultos. E reforçou ainda mais “O aspecto desagradável que oferecem as casas que não recebem pintura e que o terreno não é murado ou cercado com estilo e bom gosto”. Os que moram nas “ruas mais importantes da cidade” em nada providenciam para equacionar esses problemas, cabendo à prefeitura coibir tais práticas, por meio do policiamento (JORNAL AMAPA, 25/02/1950, p. 5).

Processos similares ocorreram no Rio de Janeiro no início do século XX, quando a então Capital Federal passou pela Reforma Urbana impetrada por Pereira Passos. Além de atuar no tecido urbano, a prefeitura do Rio agiu no sentido de coibir hábitos, proibiu criar animais à solta nas ruas, bem como cuspir e urinar nas ruas.

No caso amapaense, também houve um esforço de disciplinar os moradores, sobretudo os caboclos, que permaneceram na “Macapá Moderna”. Estes deveriam se adequar às regras e hábitos urbanos, deixando de lado antigos padrões de vida, considerados atrasados. O discurso da higienização se fundamentou no saneamento básico, em padrões de valor, de crença e com-

portamento apoiados em padrões científicos que valoravam a centralidade da cidade. Ao estabelecer comportamentos considerados certos e errados, subjugava-se os modos de vida e os costumes populares que eram considerados funestos e sem fundamentos. Por essas razões, deveriam ser reprimidos pela força policial.

Em consonância com essa análise, à luz das ideias da antropóloga Mary Douglas (2014), a Macapá que se modernizava pode ser interpretada simbolicamente como o lugar da ordem, pois ela nascia de acordo com os padrões condizentes com a lógica funcional da cidade. Tudo que não atendia a tal pressuposto fora julgado como desordem, sujeira e atraso. O próprio modo de ser e de morar do caboclo amapaense passou a ser visto como ameaçador à cidade idealizada<sup>12</sup>. A “Macapá Antiga” era a prova mais elementar de impureza, isto é, de uma coisa que não se podia manter numa cidade que se pretendia civilizada, e por essa razão deveria sucumbir ante a nova ordem. E a nova ordem era ditada por dois atores, o Estado e a iniciativa privada que se tornaram os principais propagadores do discurso do novo tempo amapaense, com forte atuação em Macapá.

### **3 A INICIATIVA PRIVADA E O ESTADO: ARAUTOS DA NOVA MACAPÁ**

Um segundo fator concorreu sobremaneira para alterar os rumos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais amapaenses – a descoberta de jazidas de manganês na Vila Serra do Navio (mesorregião Sul do Amapá). O minério, em expressiva qualidade e quantidade, foi descoberto em 1946 e o TFA tratou de criar condições favoráveis para a exploração do extrativismo mineral, sem mencionar que uma das razões de o governo central criar os territórios federais se relacionava diretamente com sua integração, por meio da exploração econômica, ao resto do Brasil.

Desta feita, o TFA elaborou diretrizes de cunho político e administrativo, construiu infraestrutura e incentivou o desenvolvimento da economia, com destaque para o extrativismo mineral, fato que concorreu para a estruturação da econômica e organização do espaço amapaense (PORTO, 2015).

Os diversos investimentos ocorreram nos seguintes ramos empresariais e instalados em várias localidades:

Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA), na Serra do Navio e a Companhia Progresso do Amapá (COPRAM), em Santana (1966); em Santana, foi instalada a empresa Bruynzeel Madeira S/A (BRUMASA) (1968). A produção do ouro no município de Amapá, no Distrito de Calçoene, continuava a levar contingentes de garimpeiros, incentivando a emancipação, deste último, em 1956 (PORTO, 1998, p. 118).

A exploração do manganês foi iniciada em 1957 e se estendeu até 1997, por meio da instalação empresarial promovida pela Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI), o que projetou o TFA na economia global, “caracterizando a gênese da exploração de recursos minerais (manganês) em larga escala na Amazônia com tecnologia moderna” (PORTO, 2015, p. 24).

---

<sup>12</sup> As acusações foram direcionadas ao caboclo amapaense porque ele destoava do padrão civilizatório apregoado pelos agentes estatais. Numa interpretação com base em Howard Becker (2008), pode-se afirmar que a imagem do caboclo foi hachurada como desviante exatamente por não atender aos preceitos estabelecidos como norma geral.

A Vila Serra do Navio, então pertencente a Macapá, onde ficavam as minas, passou a concentrar grande parte das intervenções do megaempreendimento, uma cidade na selva foi projetada, dotada de prédios residenciais e administrativos – tombada como patrimônio cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2010. No atual município de Santana, que na época era área de Macapá, foi construído o Porto de Santana com o objetivo de escoar o minério, além de receber suprimentos; e, também a linha férrea, interligando Santana à Serra do Navio, com 193,5 km de linhas principais e 13 km de linhas secundárias (DRUMMOND & PEREIRA, 2007; RODRIGUES, 2011).

No distrito de Santana, o TFA concedeu terras a ICOMI que construiu uma segunda vila operária, a Vila Amazonas. Os empreendimentos do Porto de Santana e da Vila Amazonas impulsionaram o crescimento demográfico e expansão da malha urbana (DRUMMOND & PEREIRA, 2007; RODRIGUES, 2011).

A cidade de Macapá passou a ocupar, no cenário local, uma posição de centralidade. O anúncio de um novo tempo, emitido pelas intervenções públicas e privadas, atraiu trabalhadores e aventureiros em busca da sonhada inserção produtiva – que supostamente ocorreria por meio dos serviços públicos (obras construídas pelo TFA ou nos serviços ofertados por este) ou nos diversos empreendimentos privados, relacionados à exploração mineral.

O crescente fluxo migratório alterou substancialmente o cotidiano amapaense. Um dos principais impactos repercutiu na demografia e na expansão urbana, em especial a de Macapá. No censo de 1940, a cidade apresentou um quantitativo populacional de 1.936 habitantes, enquanto em 1950, considerando somente Macapá Urbana, o número de moradores chegou à marca de 10.068 residentes, ou seja, no espaço de 10 anos a população cresceu quase seis vezes mais. Mas, não parou por aí, pois de acordo com o censo de 1970, havia na Macapá Urbana, 54.740 moradores, enquanto no censo de 1980 a população urbana chegou a 93.132 habitantes (IBGE, CENSO, 1950 a 1980).

O crescimento acelerado da população de Macapá impactou na expansão urbana. O êxodo rural, sobretudo de populações ribeirinhas providas das mais diversas ilhas fluviais do Estado do Pará, cujo destino era a cidade de Macapá, concorreu para incrementar o inédito quadro de crise habitacional em solo amapaense.

Na década de 1940, a cidade de Macapá já sentia os efeitos desse impacto,

No relatório governamental de 1944, o déficit habitacional era apresentado como um dos problemas mais angustiosos e insistentes. O desafio era “receber e alojar funcionários, operários e trabalhadores, comerciantes que aportavam incessantemente, enchendo as embarcações e disputando com afã, os armadores de redes disponíveis, quer nos barracões que o Governo ergueu, quer nas casas particulares” (LOBATO, 2015, p. 119-120).

O governo do TFA construiu barracões coletivos para abrigar trabalhadores que chegavam à capital. Em abril de 1945, por exemplo, o governo inaugurou um enorme barracão denominado de “Hospedaria de Operários” localizada na Praça Capitão Assis de Vasconcelos, atual Praça Veiga Cabral. Com base no anúncio de um jornal da época, tais barracões tinham intuito de ofertar moradias coletivas aos trabalhadores, dotadas de comodidade e higiene (LOBATO, 2015).

Há poucas informações a respeito dessas moradias provisórias, como tipologias, recursos empregados e rotina diária dentro de tais espaços coletivos. Mas, certamente elas atendiam a propósitos moralizadores, com vistas a alterar os hábitos dos trabalhadores caboclos e de suas

famílias.

Nos “barracões operários”, havia encarregados que eram representantes do governo local dentro das habitações coletivas. Dentre outras funções, eles articulavam e viabilizavam encontros entre o governador e os moradores. As visitas aos barracões, aliás, faziam parte da agenda do governador.

Em janeiro de 1950, por exemplo, o Jornal Amapá deu publicidade a um desses encontros. De acordo com a matéria, em atendimento a um convite realizado por um encarregado e pelos moradores do lugar, o governador visitou um dos barracões operários. Na ocasião, um grande volume de trabalhadores se fez presente. Janary Nunes exortou a população a respeito do “problema da educação dos filhos dos operários, fator essencial na formação de qualquer povo”. Segundo ele, para educar era necessário que os operários contribuíssem com esse processo, encaminhando seus filhos à escola. No final do evento, foi posta uma mesa farta de lanches para os que estavam presentes (AMAPÁ, 28/01/1950. p. 2).

No discurso governamental, os barracões substituiriam diversas habitações consideradas pardieiros, caracterizadas como sombrias e deploráveis, atentando contra a estética da cidade. Apesar de que tais barracões não dispunham de um mínimo de conforto, as alternativas encontradas pelo governo do TFA não conseguiram fazer frente à necessidade de abrigar a crescente demanda migratória que aportava em Macapá. Na prática, as casas consideradas pardieiros absorveram tal demanda, abrigando os recém-chegados à cidade (LOBATO, 2015).

As promessas de um tempo novo, anunciadas pelo governo territorial e pelos empreendimentos privados de exploração de minérios, não se cumpriam. Serviam-se de parte da mão de obra operária tão somente nas etapas iniciais de construções das infraestruturas públicas e privadas que, após isso, tornavam-se forças produtivas dispensáveis. O êxodo rural se sustentava no sonho de melhorar de vida, por meio da inserção produtiva adequada e acesso à educação formal para os filhos, além de outros bens e serviços. A ideia difundida era a de que a cidade crescia e era momento de crescer com ela.

Uma vez chegados a Macapá, as famílias, quase sempre, se deparavam com uma realidade diferente da imaginada, pois não dispunham de requisitos necessários para serem inseridas adequadamente nem na gestão pública nem no negócio do minério. Na maioria, não tinham estudos formais nem qualificação profissional, tendo de encontrar suas próprias respostas às mais diversas necessidades, inclusive as relacionadas à moradia.

#### **4 CASAS DE MADEIRA X CASAS DE ALVENARIA: A MORADIA COMO SÍMBOLO DE TEMPOS PRETÉRITOS E MODERNOS EM MACAPÁ**

Não obstante a incontestável e significativa presença de ribeirinhos na cidade de Macapá, eles não eram a composição social que o governo do Amapá pretendia capitanear. Para suprir a demanda por profissionais especializados, tanto o governo territorial quanto a ICOMI trouxeram trabalhadores de outras regiões do Brasil. No caso da ICOMI, estrangeiros também compunham o rol de profissionais do alto escalão que passaram a residir em Macapá (à época tanto a Serra do Navio quanto Santana pertenciam à capital).

Composições sociais tão díspares concorreram para o surgimento de espacialidades diferentes e desiguais no tecido urbano macapaense. No planejamento da cidade formal, famílias de baixa renda, cujas habitações eram consideradas de baixo padrão, foram direcionadas a ocupar bairros periféricos, como Santa Rita e Beírol. Apesar de tudo, a demanda real por ha-

bitação extrapolou de longe as estratégias pensadas para a cidade<sup>13</sup>, sem mencionar que a aquisição de boa parte dos lotes estava condicionada à compra, que deveria ser negociada diretamente com a Prefeitura de Macapá. Assim, a maioria dos ribeirinhos que tentava a sorte em Macapá não conseguiu um lugar para morar na cidade formal, ficando de fora da cidade planejada. Para responder a tal necessidade, a população, quase sempre, ocupou espontaneamente as bordas da cidade, nas proximidades de rios ou em terrenos alagadiços, como as áreas de ressacas<sup>14</sup>.

Casas de madeira e cobertas de palha foram construídas sobre estaqueamento de madeira-palafitas, interligadas umas às outras por estivas, o que permitia certa mobilidade aos moradores. O tipo de assentamento humano descrito fora bastante comum na ocupação urbana na Amazônia, produzido por segmentos sociais mais pobres, podendo ser encontrado também nos dias atuais nas áreas baixas das cidades da Amazônia. As alterações construtivas são observadas na cobertura das moradias, em que a palha cedeu lugar à telha de fibrocimento.

Para os gestores públicos do TFA, tais casas de madeira tornaram-se símbolos de uma natureza primitiva e atrasada, cujas características mais emblemáticas eram a desordem (pois prejudicavam a lógica da cidade formal) e a impureza (insalubridade e promiscuidade davam a tônica do julgamento a essas moradias indesejadas). As habitações populares foram encaradas como expressão da permanência de hábitos rudimentares que se contrapunham à vida urbana.

Às margens do Rio Amazonas, apareceram diversos assentamentos espontâneos, como na Antiga Doca de Macapá, na Vacaria e no Elesbão (ver figura 3 referentes a essa última). Uma quarta ocupação espontânea apareceu na área onde seria instalado o Porto de Macapá (atual Porto de Santana), denominada de Vila Cutaca. Essas ocupações foram caracterizadas pelos agentes públicos locais como “estrutura orgânica e caótica de alta densidade”. Além de serem consideradas antro de promiscuidade, também apresentavam sérios problemas de ordem social e de densidade (COLE, 1977, p. 17).

<sup>13</sup> Quatro instrumentos de Planejamento do Desenvolvimento Urbano foram elaborados para Macapá: Plano Urbanístico da Cidade de Macapá (1960); Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) (1973); Plano Urbano, Turismo e Arquitetura. H. J. COLE + Associados (1977) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2004), além de um Termo de Referência para o Plano de Ação Imediata de Macapá (1971). Este trabalho não fez uso do atual Plano Diretor, no caso o de 2004, porque o propósito é construir uma trajetória histórica a respeito da habitação popular da cidade de Macapá. Por isso, recorremos aos instrumentos de planejamento histórico, que serviram como base de análise.

<sup>14</sup> Ressaca – termo regional utilizado para nomear um ecossistema específico da zona costeira do Estado do Amapá. Essas áreas são acopladas a terrenos quaternários que servem como reserva natural de água e que podem ser considerados como um complexo ecossistema peculiar. Além disso, elas sofrem influência das marés, através de uma entrelaçada rede de igarapés e canais, como também do ciclo de chuvas (sazonal) e terras caídas (NERY, 2004).



**Figura 3:** Assentamento humano típico na Amazônia – Elesbão (Macapá)



Fonte: Museu da Imagem e Som/AP. Autoria: Olivar Cunha. Ano: 1969

A localização dos assentamentos humanos às margens de rios se explica, em parte, pelo preço do lote urbano<sup>15</sup>, o que impediu que essa população se inserisse na cidade formal. Como consequência, surgiu a cidade informal, uma cidade sobre as águas, uma espécie de protótipo do que se viveu antes do êxodo rural. Para essas populações, o rio passou a ser símbolo integrador do caboclo na cidade.

Apesar de tudo, as autoridades públicas do TFA condenaram tais ocupações espontâneas; e para isso fizeram uso de discursos ideológicos que já existiam contra a habitação popular – passaram a considerá-las favelas e, como tal, se caracterizavam pela promiscuidade, violência, insalubridade e informalidade.

Diversas intervenções urbanísticas foram realizadas no sentido de eliminar a existência dessas moradias do tecido da cidade. Na Revista “Amapá Realizações”, que divulgou as ações do governo do TFA, no quadriênio 1974–1978, por exemplo, apareceu a chamada “Erradicação das favelas”. Tratava-se de uma justificativa de remanejamento de 428 famílias que moravam na Vila Cutaca, em cujo local estava sendo construído o porto comercial de Macapá (atual Porto de Santana). Tais famílias foram remanejadas para um novo lugar periférico o que deu origem ao atual Bairro Nova Brasília (hoje integrada a Santana). Foram remanejadas também famílias do Elesbão (que se situava em frente à Macapá) para o Bairro de Santa Rita, contabilizando 73 moradias. De acordo com a Revista, tais remanejamentos eram condizentes com o programa de erradicação de favelas implementado pelo governo (AMAPÁ REALIZAÇÕES, 1978).

Na prática, o lugar onde estavam as habitações populares passou a servir a uma nova fun-

<sup>15</sup> A titularização dos lotes urbanos em Macapá só foi regularizada em 1978 (COLE, 1977).

cionalidade. Onde ficava a Vila Cutaca, por exemplo, foi instalada a empresa BRUMASA. A inserção dessas famílias no tecido urbano ocorreu em áreas periféricas, com baixo valor fundiário. Eram distantes dos empreendimentos privados de modo que, em certa medida, explicava-se o aparecimento de tais ocupações espontâneas, pois era imperioso morar perto de possíveis lugares de trabalho e a construção do porto oferecia essa possibilidade de inserção produtiva, mesmo que informalmente.

No século XIX, concepções hostis elaboradas contra a habitação popular foram dinamizadas em tempos e espaços diferentes. A erradicação de favelas no Rio de Janeiro passou a ser um padrão da política urbanística desejada para as mais diversas cidades brasileiras. Era um modelo certo a ser seguido, como uma fórmula para se chegar a tão desejada civilidade.

O governo do TFA não fugiu à regra e adotou uma política higienista, assumindo uma postura que negou os atores sociais locais, suas construções históricas, suas arquiteturas vernaculares e tentou regular os hábitos da população. Adotou um padrão correto a ser seguido para delinear a cidade formal – um modelo organizacional da Macapá moderna e funcional, isto é, uma organização/ordem condizente com os anseios dos empreendimentos privados<sup>16</sup>.

Por outro lado, trabalhadores de médio e alto padrão, adequadamente inseridos no mercado produtivo, usufruíram da cidade formal e das benesses do novo tempo apregoado tanto pelo poder público local quanto pelos empreendimentos privados. Até o ano de 1971, o TFA construiu 133 casas para abrigar servidores públicos; além disso, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) construiu 156 residências para os seus assegurados, que também eram servidores públicos (ver figura 4). O Exército Brasileiro, juntamente com o Banco da Amazônia (BASA), construiu um total de 20 casas para seus dirigentes locais. Já a iniciativa privada, representada pela ICOMI, construiu 313 casas na Vila Amazonas e 600 casas na Serra do Navio, à época ambos os locais pertencentes a Macapá. Totalizando, as obras públicas e privadas destinadas à moradia chegaram às cifras de 1.222 residências. Todas as casas eram em alvenaria – símbolo do novo tempo da Macapá Moderna (PLANO DE AÇÃO IMEDIATA DE MACAPÁ – PAIM, 1971).

---

<sup>16</sup> Com vistas a viabilizar a tipologia das construções particulares e construir os prédios públicos o Governo do TFA instalou, ainda em 1944, uma rústica olaria que forneceu materiais de cerâmica, mármore e mosaico, todas fabricadas em Macapá (AMAPÁ, 13/09/1950).

Figura 4: Vista panorâmica – Vila IPASE (Macapá)



Fonte: Blog Porta Retrato. Autoria: desconhecida. Ano: década de 1950

Durante as décadas de 1960/70, Macapá expandiu ainda mais sua malha urbana, fazendo surgir novos bairros e conglomerados. Ao Sul, apareceu o Bairro do Trem e parte do Beiril, além de expandir a ocupação espontânea do Elesbão, caracterizada por moradias em palafitas; ao Norte consolidou-se o Laguinho enquanto bairro e o Igarapé das Mulheres (atual Bairro Perpétuo Socorro); houve uma expansão do Bairro Central juntamente com o de Santa Rita (antiga Favela). Alguns destes foram pensados para absorver famílias de baixa renda, como é o caso do Laguinho, Santa Rita, Perpétuo Socorro e Beiril (PORTILHO, 2006; PAIM, 1971).

A cidade que se estruturava ergueu-se numa posição avessa ao modo de vida tradicional do caboclo da Amazônia, que incluía a tipologia construtiva das habitações populares, cujos materiais empregados eram de fácil obtenção na floresta (madeiras e palhas).

As exigências construtivas, o preço dos lotes e a estrutura urbana, delineada na Macapá Moderna, sustou a possibilidade de a maioria dos operários, sobretudo migrantes ribeirinhos, erguerem suas moradias na cidade formal. No Plano Urbanístico da Cidade de Macapá (PUCM) (1960), por exemplo, sugeriu-se que no centro da cidade, entre as ruas Eliezer Levy e Marechal Rondon, fossem construídas somente casas de alto padrão. Para tanto, seria necessário obrigar “os proprietários destes lotes a construírem somente **casas de tijolos**” (1960, p. 21. *Grifo nosso*).

Se até no tecido urbano da cidade planejada apareciam, com frequência, casas vernaculares de palha e madeira, nas bordas da cidade passaram a ser regra, uma característica tipológica comum. Para o governo territorial, tanto as casas dessas populações como os seus hábitos deveriam ser readequados à cidade que se pretendia modernizar. Mas, o governo não conseguiu eliminar por completo a nova contradição do espaço macapaense.

O tipo de material empregado nas construções das casas muito incomodava o governo do

TFA. Em diversos documentos oficiais da época aparece explícita essa questão, como no “Plano de Ação Imediata de Macapá (PAIM)” (1971), instrumento de planejamento da cidade. Ao se referir à situação habitacional de Macapá, considerou-a precária, pois a maior parte da população era de baixa renda e apontou que das 9.293 benfeitorias então existentes (destas excetuando as pertencentes ao governo), somente 15% eram em alvenaria. As demais eram habitações de madeira ou mista (madeira/alvenaria), cobertas de telhas ou de palhas.

No mesmo documento, sugeriu-se a remoção de casebres e prédios deteriorados de áreas consideradas nobres, como nas imediações da Fortaleza de São José de Macapá e na vizinhança da Praça Veiga Cabral. Todos deveriam ser substituídos por prédios que atendessem aos parâmetros construtivos. Além disso, justificou-se que a permanência dessas construções ameaçava o paisagismo e contrastava com a beleza de tais lugares (PAIM, 1971).

Da mesma forma, na área destinada ao comércio, o referido documento explicitava que ainda persistiam muitas construções – velhos casarões em madeira em péssimas condições – comerciais que foram consideradas vestígios do que era anterior à criação do TFA. Essa área deveria passar por uma revitalização de maneira a alterar a fisionomia do ambiente e sua paisagem (PAIM, 1971). Entende-se que parte da alteração dizia respeito à substituição de construções de madeira por alvenaria.

Na cidade formal, vale mencionar que a distribuição das habitações se organizou de acordo com os padrões socioeconômicos das famílias que passaram a ocupar os bairros de Macapá. Famílias com maiores condições financeiras estavam circunscritas

às vizinhanças do Palácio do Governo, abrangendo parte do Bairro Central e do Lagunho. Num nível intermediário ficam as áreas correspondentes ao Bairro do Trem e Jesus de Nazaré, enquanto que as áreas do Pacoval, Beírol e Buritizal abrigam as concentrações de padrão popular (PAIM, 1971, p. 80).

Um segundo documento, também de planejamento urbano, mas de 1977, fez uma breve descrição da maioria das moradias de Macapá, que estavam dispostas ao longo das vias, caracterizando-as como “sub-moradias, de madeira e coberta de palha, cavaco ou cerâmica de baixo padrão” (COLE, 1977, p. 17).

Para as elites governamentais macapaenses, tais características tipológicas indicavam não somente uma questão de precariedade habitacional, mas incorporavam em sua materialidade aquilo que não era desejado na Macapá Moderna. Os hábitos e as moradias do caboclo amapaense foram considerados atrasados, pois eles faziam recordar, a todo instante, uma paisagem interiorana, de um tempo pretérito. A casa de madeira e palha passou a ser símbolo de desordem, poluição e de desvio da norma. Na cidade formal, ordenada e organizada a partir de parâmetros modernizadores, a moradia popular do caboclo não deveria permanecer e seus hábitos deveriam ser regulados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão governamental e urbana, implantada no recém-criado TFA na década de 1940, foi bastante dicotômica, na qual discurso e prática eram incongruentes. No que diz respeito à realidade de famílias negras e caboclas, por exemplo, ainda que o então governador tecesse elogios a esse segmento social, sua prática autocrática de governar e gerenciar o urbano, pusera-os para fora da cidade formal. E mais, a base do governo fora instalada nas terras tradi-



onalmente ocupadas por famílias negras, como símbolo de ruptura com as coisas passadas (o fim da Macapá Antiga) e a gênese do novo (o surgimento da Nova Macapá).

A presença massiva de caboclos provindos, sobretudo, das ilhas fluviais marajoaras (PA), incomodava bastante os gestores da cidade, que os viam como percalço ao Tempo Moderno que se pretendia alcançar em Macapá. Na mentalidade dos gestores macapaenses – governo territorial e da prefeitura da cidade – as casas dos caboclos eram a prova mais contundente de uma natureza primitiva e de uma conduta promíscua e atrasada.

Os hábitos e as moradias de famílias negras e caboclas conflitavam com os interesses dos gestores urbanos que implementaram uma gestão urbana contrária à composição social macapaense. Assim é que foram realizados remanejamentos habitacionais, com a retirada de famílias negras do núcleo urbano de Macapá e eliminação de casas dos caboclos que ficavam às margens do Rio Amazonas – na Doca de Macapá, na Vacaria, no Elesbão e na Cutaca. Além disso, foram empreendidas campanhas e postas em prática legislações urbanas com vistas a controlar e normatizar os costumes, o uso do espaço público, o destino do lixo, a proibição de criação de animais, etc., com a finalidade de padronizar a tipologia construtiva das casas. No lugar de casas em madeira cobertas de palha (primitivismo e desordem), deveriam aparecer casas de tijolo (elemento simbólico de avanço).

Na postura dos gestores urbanos, observou-se uma oposição aos hábitos e à moradia popular da população local. Para eles, a tipologia habitacional do caboclo e das famílias negras denotava, na concretude da espacialidade urbana, uma realidade que se abeirava à vida primitiva. Para os autóctones, no entanto, os materiais construtivos encontrados no ambiente amazônico, como a madeira e a palha, eram mais disponíveis, associados ao saber fazer tradicional. Quanto à arquitetura vernacular, cuja maior expressão eram as casas de madeira/cobertas de palha, fora vista como primitiva e desordenada. Em outras palavras, pode-se dizer que a fresta por onde se via a cidade tornara-se o epicentro das contradições urbanas e sociais macapaenses.

## REFERÊNCIAS

- AMAPÁ REALIZAÇÕES. **Governo do Território Federal do Amapá**. Macapá, 1978.
- ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2. ed. Porto: FAUP/ Publicações-cidade do Porto, 1998.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOYER, Véronique. O pajé e o caboclo: de homem a entidade. **Mana**, v.05, n.01, Rio de Janeiro, abr. de 1999.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.812**, de 13/09/1943.
- BRITO, Jaqueline Ferreira de Lima. **A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade como documento histórico**. Dissertação (Preservação do Patrimônio Cultural). IPHAN. Rio de Janeiro, 2014.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo P. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**. 1950-



60.

JORNAL AMAPÁ. A prefeitura e a solução de problemas urbanos. **GTFAP**. n. 259, 25 fev. 1950, p. 05.

\_\_\_\_\_. Olaria de Macapá e seu desenvolvimento. **GTFAP**. n. s/d, 13 set. 1950.

\_\_\_\_\_. Visitado pelo Sr. Governador o barracão dos operários. **GTFAP**, n. 255, 28 jan. 1950, p. 02.

LEAL, Maura. A mística do Amapá: a invenção do cidadão amapaense – brasileiro. In: OLIVEIRA, Augusto & RODRIGUES, Randolfe (org.). **Amazônia, Amapá: escritos de história**. Belém: Paka-Tatu, 2009. p. 267-295.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos cadernos NAEA**, v.2, n.2, p.5-32, dez. de 1999.

LOBATO, Sidney da Silva. Experiências de exclusão urbana no cotidiano macapaense (1944-1964). **SÆCULUM – Revista de História**. João Pessoa, jan./jun. 2015, n. 32, p. 113-126.

MORAES, Orlando de. Ingratos e traidores. In: NUNES, Janary Gentil. **Confiança no Amapá: impressões sobre o Território**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2012. p. 29-33.

NÉRI, Sara Heloísa Alberto. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para a identificação de comunidades expostas à hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana**. Dissertação (mestrado em ciências em engenharia civil). UFF. Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, Adamor de Souza. **Tesouros de memória**. Fortaleza, 2013. Editora Premium.

OLIVEIRA, Adélia E. de. **Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX)**. Pará: Emílio Goeldi, 1988. Série Antropologia.

OLIVEIRA, Maria do Socorro dos Santos. Religiosidade popular em comunidades estuarinas amazônicas: um estudo preliminar do marabaixo no Amapá. In: Iberoamérica ante los retos del siglo XXI., 1999, Barcelona. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1999. v. 45. p. 45-49.

PLANO DE AÇÃO IMEDIATA DE MACAPÁ (PAIM). **Governo do Território Federal do Amapá**. Biblioteca da AS. Técnica - 1971.

PLANO URBANÍSTICO DA CIDADE DE MACAPÁ (PUCM). **Relatório da Grumbilf do Brasil**. São Paulo. 1960.

PLANO URBANO, TURISMO E ARQUITETURA. H. J. COLE + ASSOCIADOS (PUTEA HJ COLE). **Governo do Território Federal do Amapá**. Rio de Janeiro. 1977.

PORTILHO, Ivone dos Santos. **Políticas de desenvolvimento urbano em espaços segregados: uma análise do PDSA na cidade de Macapá (AP)**. Dissertação (mestrado em geografia). UFPA. Belém, 2006.

PORTO, Jadson L. R. **As estratégias recentes de desenvolvimento do Amapá: das instalações da ICOMI à implantação da Área de Livre Comércio**. Dissertação (mestrado em geografia). UFSC. Florianópolis, 1998.

\_\_\_\_\_. Condicionantes para a execução de ajustes espaciais no amapá/brasil: da gênese de um ente federativo à novas configurações territoriais (trans)fronteiriço. **Aldeia Mundo**, vol. 20, núm. 39, 2015, p. 21-32. Universidad de los Andes. San Cristobal, Venezuela.

RAMOS, Julião. **Marabaixo**, 1954.

RODRIGUES, Carmen Isabel. Caboclos na Amazônia: identidade na diferença. **Novos Cadernos NAEA**, v.9, n.1, p.119-130, jun. 2006.

RODRIGUES, Laércio G. Estaleiros artesanais: homens e barcos na construção de uma economia das águas. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 1, n. 2, p. 85-97, 2011.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do janarismo – 1943 a 1970. Belém: Grafimorte, 2006.